



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
Procedimento Administrativo 1055/2016

**DOU nº 208**  
**28/10/16**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO AMBIENTAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS E BR MIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – ME.

**CONTRATO TRE/GO Nº 38/2016**

A **UNIÃO**, pessoa jurídica de direito público integrante da República Federativa do Brasil, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**, situado na Praça Cívica nº 300 - Centro, cidade de Goiânia, Estado de Goiás, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 05.526.875/0001-45, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Presidente, **Desembargador KISLEU DIAS MACIEL FILHO**, portador da Carteira de Identidade n.º 303.292– expedida pela SSP-GO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 129.594.641-68 e, de outro lado, a **BR MIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – ME.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.972.268/0001-08, estabelecida na Av. Marialva, nº 219, Quadra 17, Vila Rosa, Cep: 74.843-610 telefone: 62- 3932-9555, E-mail Institucional assistenciatechnoar@gmail.com, neste ato representada pelo **Sr. DIONE CLEY MARTINS DE OLIVEIRA CARDOSO**, portador da Carteira de Identidade n.º 4524820 DGPC/GO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o número 004.469.581-07, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, têm, entre si, justo e avençado e celebram, por força do presente instrumento e de conformidade com o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e, com aplicação subsidiária da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e ainda no Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, observadas todas as alterações posteriores, o presente contrato de prestação de serviços continuados, por execução indireta, sob o regime de preço global, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Contrato TRE-GO nº 38/2016 - Prestação de serviços de manutenção em sistemas de climatização – BR MIX COM. E SERVIÇOS LTDA – ME.



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
Procedimento Administrativo 1055/2016

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização ambiental (equipamentos de ar condicionado), com fornecimento parcial de peças, nos prédios utilizados pela Justiça Eleitoral em Goiânia e região metropolitana, com inclusão de 1 (um) posto fixo de trabalho, de acordo com as descrições, especificações, quantitativos e detalhamentos constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 42/2016

§ 1º Na ocorrência de fatos supervenientes, impossíveis de previsão na época do planejamento da contratação, poderá haver alterações qualitativas e/ou quantitativas no presente instrumento.

§ 2º A prestação dos serviços contratados terá início obrigatoriamente na data estipulada na Ordem de Serviço – OS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

A prestação dos serviços contratados obedecerá ao estipulado neste Contrato e em no Termo de Referência, bem como ao estabelecido no ato convocatório da licitação que lhe deu origem (Pregão Eletrônico TRE-GO 42/2016) e nas obrigações assumidas pela **CONTRATADA** através da proposta firmada em 17/06/2016, documento nº 52.039/2016 anexado ao PAD nº 1055/2016 e dirigida ao **CONTRATANTE**, documentos que, independentemente de transcrição, integram e complementam o presente instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE**

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

I - promover, por intermédio do(a) servidor(a) especialmente designados(as), o acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos do Artigo 67 da Lei nº 8.666/93 e de acordo com a Portaria nº 808/2009 da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás, ora **CONTRATANTE**, cumprindo observar:



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
Procedimento Administrativo 1055/2016

a) O representante do **CONTRATANTE** anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas;

b) As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do **CONTRATANTE** deverão ser solicitadas ao seu superior, em tempo hábil, para adoção das medidas necessárias.

II - permitir o acesso dos empregados da **CONTRATADA** em suas dependências, de acordo com as normas de segurança vigentes, para a execução dos serviços contratados;

III - observar, durante a vigência do Contrato, o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, a fim de que se mantenham todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame que deu origem a este Contrato;

IV - rejeitar a prestação dos serviços, objeto do presente instrumento, por terceiros;

§ 1º Além do acompanhamento e da fiscalização da execução do contrato, o representante do **CONTRATANTE** poderá, ainda, recusar o fornecimento dos insumos /sustar qualquer serviço que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária e ainda, notificar a **CONTRATADA** a restabelecer e manter a regularidade contratual sob as penas da lei.

§ 2º Configura-se a REGULARIDADE CONTRATUAL quando as partes signatárias do presente ajuste cumprem fielmente todos os seus termos. Já a IRREGULARIDADE CONTRATUAL, ao revés, resta configurada pelo descumprimento de qualquer dos direitos, deveres e obrigações expressos e/ou implícitos no presente instrumento contratual e ainda, no edital do Pregão Eletrônico TRE-GO n. 42/2016.

§ 3º Persistindo a irregularidade contratual, após as providências acima, o representante do TRE-GO informará a situação à Administração do **CONTRATANTE** para que tome as medidas necessárias para implementar o descrito na Cláusula Das Penalidades, sem prejuízo das demais sanções legais aplicáveis à espécie.

§ 4º É assegurada ao **CONTRATANTE** a faculdade de exigir da **CONTRATADA**, a qualquer tempo, a documentação que comprove o correto e

Contrato TRE-GO nº 36/2016 - Prestação de serviços de manutenção em sistemas de climatização - BR MIX COM. E  
SERVIÇOS LTDA - ME.



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
Procedimento Administrativo 1055/2016

tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA**

A **CONTRATADA** obriga-se a:

**I** - executar fielmente todas as obrigações e deveres assumidos no presente instrumento, de acordo com as cláusulas avençadas e de conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, além das condições do edital do Pregão Eletrônico TRE-GO 42/2016, iniciado a execução dos serviços contratados na data estipulada na respectiva Ordem de Serviço – OS, respondendo pelas consequências da inexecução total ou parcial;

**II** – apresentar, antes do início da execução dos serviços contratados, a relação contendo os nomes e números de CPF e Carteira Profissional dos seus empregados que serão vinculados à prestação dos serviços;

**III** – comunicar previamente ao **CONTRATANTE** a inclusão de novo(s) integrante(s), antes de ser encaminhado à prestação dos serviços;

**IV** – Apresentar ao **CONTRATANTE** a relação dos empregados que vão gozar férias assim como, daqueles que irão substituí-los, no prazo de até trinta dias úteis antes da data prevista para o início de seu gozo e apresentar o comprovante do pagamento das férias devidas aos empregados, no prazo de até um dia útil antes da data prevista para o início de seu gozo;

**V** – comunicar imediatamente o desligamento de empregado(s) utilizado(s) na execução deste contrato, apresentando cópia autenticada dos seguintes documentos:

a) termos de rescisão dos contratos de trabalho devidamente homologado, quando exigível pelo sindicato da categoria;

b) comprovantes de quitação das respectivas verbas rescisórias;

c) guias de recolhimento rescisório da contribuição previdenciária e do FGTS;

d) extratos de depósitos feitos nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido; ou



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
Procedimento Administrativo 1055/2016

e) declaração formal na qual informa que tais trabalhadores serão alocados em outras frentes de trabalho nas quais a **CONTRATADA** atua, inaplicável, no caso, a rescisão dos respectivos contratos de trabalho.

**VI** – providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo representante do **CONTRATANTE**, quanto à execução dos serviços contratados e referentes ao cumprimento/descumprimento de cláusulas contratuais, refazendo/sanando as inadequações sem ônus adicionais ao **CONTRATANTE**;

**VII** – manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto que tomar conhecimento em razão da execução do presente contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

**VIII** - manter preposto em Goiânia-GO, aceito pelo **CONTRATANTE**, que deverá estar acessível para imediato contato, para representá-la na execução do presente ajuste, por procuração com poderes específicos;

**IX** – manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção, treinamento e subordinação trabalhista dos recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços contratados;

**X** – zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios, a ampla ação fiscalizadora do **CONTRATANTE**, atendendo prontamente às exigências que lhe forem solicitadas, inclusive referentes à apresentação de documentos comprobatórios da execução do contrato e os relacionados ao cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais;

**XI** – cumprir e fazer com que seus trabalhadores cumpram as normas de higiene e segurança do trabalho, normas disciplinares e demais regulamentos do **CONTRATANTE**, bem como tratar com cortesia todas as pessoas que tiverem contato no local de execução dos serviços, dispensando especial atenção aos portadores de necessidades especiais e/ou aqueles com mobilidade reduzida;

**XII** - cuidar para que todos empregados designados para a execução dos serviços objeto deste Contrato zelem pelo patrimônio público;

**XIII** – Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por dolo ou culpa, inclusive de auxiliares que



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
Procedimento Administrativo 1055/2016

estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, excetuados o caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência, e serão avaliadas pelo **CONTRATANTE**, cumprindo-se observar que:

a) Eventuais valores devidos pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE** poderão ser descontados dos pagamentos pendentes ou vincendos;

b) O fato de o **CONTRATANTE** fiscalizar e acompanhar todo o procedimento não exclui nem reduz a obrigação expressa no presente item;

**XIV** – realizar regularmente os exames de saúde dos seus empregados, na forma da lei, assim como arcar com todas as despesas decorrentes de transportê, alimentação, inclusive seguro de vida contra o risco de acidentes de trabalho e outras especificadas nas normas coletivas;

**XV** – comprovar mensalmente o cumprimento de todas as obrigações devidas aos empregados vinculados à execução do presente contrato, sob pena de, em caso de recusa ou falta de exibição dos mesmos, inviabilizar o ateste da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), obstando, por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, os pagamentos que lhes forem devidos até que seja cumprida a exigência, e ainda sujeitando-se à aplicação das penalidades mais severas previstas neste contrato;

**XVI** - prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo **CONTRATANTE**;

**XVII** – providenciar o transporte dos seus empregados vinculados à execução contratual, em caso de greve/indisponibilidade no sistema de transporte coletivo do local da prestação dos serviços;

**XVIII** - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados;

**XIX** - assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais, comerciais e obrigações sociais resultantes da execução do presente contrato;

**XX** – manter, sem interrupção, quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços contratados, cumprindo-se observar:

Contrato TRE-GO nº 38/2016 - Prestação de serviços de manutenção em sistemas de climatização – BR MIX COM. E SERVIÇOS LTDA – ME.



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
Procedimento Administrativo 1055/2016

a) Não serão aceitas justificativas para falta de empregados, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de empregados.

b) Os empregados da Contratada não terão, em hipótese alguma, relação de emprego com o **CONTRATANTE**, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada as obrigações sociais, trabalhistas, fiscais etc.;

**XXI** - apresentar, em até 15 (quinze) dias após o início dos serviços ou substituição de empregado, cópias das carteiras de trabalho dos empregados, constando o registro dos contratos de trabalho, observado o prazo legal para assinatura;

**XXII** - indenizar o **CONTRATANTE** por todos os danos decorrentes da execução/inexecução do presente instrumento, arcando com as despesas relativas a qualquer infração cometida por seus empregados, quando da execução dos mesmos;

**XXIII** - responder pessoal, direta e exclusivamente pelas reparações decorrentes de acidentes de trabalho ocorridos durante a execução dos serviços contratados, bem como pelos danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, ocorridos ou não nos locais de prestação dos serviços;

**XXIV** - substituir imediatamente os empregados que não forem qualificados para a execução dos serviços ou que não atenderem a quaisquer exigências atribuídas à **CONTRATADA**;

**XXV** - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no Pregão Eletrônico TRE-GO n. 42/2016;

**XXVI** - fornecer uniformes completos a todos os empregados que atuarem na execução direta dos serviços, que deverão ser apresentados para aprovação do representante do **CONTRATANTE**, nas condições especificadas no Termo de Referência;

**XXVII** - fornecer todos os equipamentos de proteção individuais - EPI's legalmente exigidos e/ou conforme a natureza das tarefas executadas (capacetes, óculos, luvas, máscaras, etc), bem como todo o material necessário a plena execução dos serviços;

**XXVIII** - encaminhar, junto a primeira fatura/nota fiscal dos serviços prestados, como uma das condições de pagamento, os seguintes documentos: recibo de entrega dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's); recibo de entrega dos uniformes;



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
Procedimento Administrativo 1055/2016

exame médico ocupacional dos empregados envolvidos na execução do contrato; Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;

**XXIX** - assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada à execução do presente contrato, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

**XXX** - apresentar, juntamente com a(s) nota(s) fiscal(is) de serviço/fatura, como condição para ser(em) atestada(s), a documentação exigida pela Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, descritas na cláusula “Do Pagamento”;

**XXXI** - implantar os respectivos postos de trabalho e iniciar a execução do presente contrato no prazo estabelecido na **Ordem de Serviços**, emitida pelo **CONTRATANTE**;

**XXXII** - respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da **CONTRATANTE**;

**XXXIII** - comunicar, ao representante do **CONTRATANTE**, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

**XXXIV** - indicar e manter atualizados seus números de telefone fixo, fax, endereço, e-mail, a fim de que o **CONTRATANTE** efetue quaisquer comunicações oficiais;

**XXXV** - responsabilizar-se diretamente pelo pagamento, nos prazos legais, de todas as despesas relativas aos profissionais que alocar para a execução das atividades estabelecidas neste instrumento, tais como: salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público, observando-se:

a) que o pagamento da remuneração dos trabalhadores alocados para execução dos serviços contratados deverá ser realizado até o 5º quinto dia útil do mês posterior ao da prestação dos serviços objeto deste instrumento, em horário bancário, salvo legislação em contrário, não elidindo tal dever trabalhista qualquer atraso na liquidação das



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
Procedimento Administrativo 1055/2016

faturas/notas fiscais apresentadas ao **CONTRATANTE**, em decorrência da prestação dos serviços objeto deste contrato, ainda que para ocorrência de tal fato não tenha concorrido.

**XXXVI** - fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles que se negarem a usá-los;

**XXXVII** - não contratar durante a vigência desta avença empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

§ 1º Os profissionais designados pela **CONTRATADA** para execução dos serviços deverão apresentar-se no local de trabalho pontualmente, mantendo boa aparência e trajando sempre uniforme completo e limpo, com crachá de identificação.

§ 2º A **CONTRATADA** deverá fornecer produtos de qualidade, conforme especificado no Termo de Referência, que serão fiscalizados pelo **CONTRATANTE**, ficando-lhe reservado o direito de exigir a substituição imediata de produtos de baixa qualidade e/ou em desconformidade com o especificado.

§ 3º A **CONTRATADA** operará como prestadora de serviços e, consequentemente, os profissionais que alocar para a execução dos serviços objeto deste instrumento não terão vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**, sendo remunerados diretamente pela **CONTRATADA**, que será inteiramente responsável por todos os ônus e encargos decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e social vigente, como única empregadora da mão-de-obra utilizada para os fins estabelecidos no presente Contrato;

§ 4º A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **CONTRATANTE**, nem pode onerar o presente contrato;

§ 5º O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta Cláusula, bem como a manutenção da **CONTRATADA** em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias poderá configurar, conforme o caso, inexecução total ou parcial do contrato, podendo implicar em rescisão contratual, sem



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
Procedimento Administrativo 1055/2016

prejuízo da aplicação das penalidades previstas no presente instrumento e demais cominações legais.

§ 6º A **CONTRATADA** não poderá colocar à disposição do **CONTRATANTE**, para ocupar função de chefia no desempenho da execução dos serviços contratados, pessoa que tenha sido condenada em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado, nos seguintes casos:

I - atos de improbidade administrativa;

II - crimes:

a) contra a administração pública;

b) contra a incolumidade pública;

c) contra a fé pública;

d) hediondos;

e) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

f) de redução de pessoa à condição análoga à de escravo;

g) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

h) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

III - na mesma proibição incidem aqueles que tenham;

a) praticado atos causadores da perda do cargo ou emprego público;

b) sido excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória judicial ou administrativa do órgão profissional competente;

c) tido suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente;

IV - Não se aplicam as vedações acima discriminadas quando o crime tenha sido culposo ou considerado de menor potencial ofensivo.

V - Deixam de incidir as vedações acima descritas depois de decorridos 05 (cinco) anos da:

a) extinção da punibilidade do crime respectivo, salvo em caso de absolvição pela instância superior, que retroagirá para todos os efeitos;

b) decisão que tenha ocasionado a exclusão do exercício profissional, a



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
Procedimento Administrativo 1055/2016

perda do cargo ou emprego público;

c) rejeição das contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas;

ou

d) cessação dos efeitos da suspensão dos direitos políticos.

VI - Caso a execução do presente instrumento exija a disponibilização de empregado da **CONTRATADA** para desempenhar função de chefia, sua designação deverá vir acompanhada de todos os documentos comprobatórios de que o mesmo não incida em nenhuma das vedações aqui tratadas.

**CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR CONTRATUAL**

Pela prestação dos serviços de manutenção do sistema de climatização ambiental e fornecimento de materiais, objeto do presente instrumento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os valores conforme descrito no quadro abaixo:

|                                                                        |                                      |                                |
|------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------|
| VALOR DOS SERVIÇOS                                                     | VALOR<br>BIMESTRAL:<br>R\$ 17.061,00 | VALOR ANUAL:<br>R\$ 102.366,02 |
| VALOR ANUAL DO POSTO FIXO                                              | R\$ 34.440,91                        |                                |
| VALOR DOS SERVIÇOS<br>EXTRAORDINÁRIOS                                  | R\$ 2.143,07                         |                                |
| VALOR GLOBAL ANUAL DA<br>CONTRATAÇÃO (POSTO FIXO +<br>DEMAIS SERVIÇOS) | R\$ 138.950,00                       |                                |

§ 1º Incluem-se no preço avençado todas as despesas necessárias à consecução da execução deste Contrato, inclusive obrigações tributárias, acidente de trabalho, parafiscais, transporte, seguros, e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários à completa execução do contrato.

§ 2º Os valores acima referentes aos serviços extraordinários são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
Procedimento Administrativo 1055/2016

**CLAUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

O pagamento dos valores contratados será efetuado pelo **CONTRATANTE**, mediante ordem bancária creditada em conta-corrente, até o 15º (décimo quinta) dia útil, contado do ateste da fatura/nota fiscal protocolada na sede do **TRE-GO**, em Goiânia-GO, cumprindo-se observar:

I – no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo da nota fiscal fatura na sede do **TRE-GO**, em Goiânia-GO, o **CONTRATANTE** deverá atestá-la ou notificar a **CONTRATADA** para sanar as irregularidades eventualmente verificadas, nesse caso, o prazo para ateste ficará suspenso até a resolução das pendências.

II – o prazo para pagamento das faturas ficará suspenso durante os períodos de indisponibilidade dos sistemas informatizados de tramitação processual do **CONTRATANTE** - Processo Administrativo Digital/PAD;

III – como condição para a nota fiscal/fatura ser atestada, além da comprovação da conformidade dos serviços executados, a **CONTRATADA** deverá comprovar o correto e tempestivo adimplemento das verbas trabalhistas e obrigações sociais e previdenciárias referentes à mão-de-obra diretamente envolvida na execução do presente ajuste, devendo a fatura/nota fiscal, obrigatoriamente, ser acompanhada de:

a) comprovantes da quitação das obrigações trabalhistas vencidas, especialmente, do pagamento dos salários/remuneração e da entrega dos vales-transporte e auxílio-alimentação, etc., de todos os empregados da **CONTRATADA** que trabalharam na execução dos serviços contratados;

b) relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP;

c) resumo das informações à Previdência Social constante do arquivo SEFIP;

d) comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS;

e) resumo do fechamento-empresa/FGTS;

f) protocolo de envio de arquivos;



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
Procedimento Administrativo 1055/2016

g) guias do FGTS e GPS pagas.

IV – a **CONTRATADA** deverá facilitar a fiscalização encaminhando os documentos acima relacionados, ordenados por empregado utilizado na execução dos serviços contratados, caso contrário, o prazo para ateste da nota fiscal/fatura será prorrogado pelo período suficiente para aferição dos documentos expressos nas alíneas “a” até “g”, do inciso anterior;

V – satisfeitas as condições listadas no inciso III a fatura nota fiscal apresentada poderá ser atestada pelo representante do **CONTRATANTE**;

VI – não sendo satisfeitas as condições listadas no inciso III, a fatura/nota fiscal apresentada não preencherá os requisitos necessários para ser atestada, obstando o pagamento, por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, até que seja saneada a situação, sem prejuízo do previsto na Cláusula Décima Terceira – Das Penalidades e, demais cominações legais, além de ser levado o caso ao conhecimento dos órgãos de controle como: Ministério Público do Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho dentre outros, conforme o caso;

§ 1º A **CONTRATADA** deverá apresentar documento para liquidação da despesa que possibilite a retenção dos tributos respectivos, a ser emitido no primeiro dia útil posterior ao período de prestação dos serviços, sem rasuras, em letra legível, fazendo constar na mesma o número de sua conta bancária, o nome do banco e respectiva agência.

§ 2º Independentemente do dia do início da execução do contrato, no primeiro mês serão pagos os dias restantes até o final do mês em curso, e a partir de então, para efeito de pagamento do preço, a prestação dos serviços será contada sempre do primeiro ao último dia de cada mês, à exceção do último mês de execução contratual, que será contado do primeiro dia até o termo final do prazo de vigência do ajuste.

§ 3º A fatura/nota fiscal apresentada deverá estar acompanhada das certidões comprobatórias da regularidade da **CONTRATADA** perante a Justiça do Trabalho, o Instituto Nacional de Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Fazenda Nacional e da documentação exigida pela Instrução Normativa n. 2, de 30 de abril de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 4º A mora nos pagamentos a cargo do **CONTRATANTE**, causada pela inviabilização do ateste, nos termos previstos no item “VI” da presente cláusula, não gera



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
Procedimento Administrativo 1055/2016

para a **CONTRATADA** o direito à correção monetária descrita no § 15 desta cláusula.

§ 5º O **CONTRATANTE**, a cada pagamento, realizará consulta ao SICAF e à Justiça do Trabalho, para verificar a regularidade trabalhista e fiscal da **CONTRATADA**.

§ 6º Constatando-se a situação de irregularidade da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** providenciará sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize a sua situação ou, no mesmo prazo, apresente a sua defesa.

§ 7º O prazo do parágrafo anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.

§ 8º Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e/ou trabalhista quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que acionem os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

§ 9º Persistindo a(s) irregularidade(s), a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual, assegurados à **CONTRATADA** o contraditório e ampla defesa;

§ 10. Havendo a efetiva prestação de serviços, e desde que a nota fiscal/fatura apresentada preencha os requisitos para ser atestada, nos termos do inciso III desta cláusula, os pagamentos serão realizados, até que se decida acerca da rescisão ou manutenção contratual, caso a **CONTRATADA** não regularize sua situação fiscal e/ou trabalhista;

§ 11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do **CONTRATANTE**, não será rescindida esta contratação, no caso de inadimplência fiscal e/ou trabalhista da **CONTRATADA**;

§ 12. O **CONTRATANTE** pode deduzir dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nos termos fixados nos artigos 368 a 380 da Lei nº 10.406/2002, e nos casos de insuficiência da garantia à execução do contrato prestada, quaisquer valores correspondentes à multas e/ou indenizações/ressarcimentos aplicados a esta;

§ 13. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será

Contrato TRE-GO nº 38/2016 - Prestação de serviços de manutenção em sistemas de climatização - BR MIX COM. E  
SERVIÇOS LTDA - ME.



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
Procedimento Administrativo 1055/2016

emitida a Nota Fiscal/Fatura, que deverá ser o mesmo habilitado no Pregão Eletrônico TRE-GO 42/2016, facultando-se o pagamento à filial desde que seja apresentada a documentação da filial no citado prélio licitatório, e seja previamente comprovada a regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e social.

§ 14. Será retido o ISS, sobre o valor pactuado, na porcentagem pertinente ao município em que estiver instalado o estabelecimento do tomador dos serviços ou, na falta do estabelecimento no local, o percentual devido será o do domicílio do órgão contratante, nos termos da Lei Complementar n. 116/03.

§ 15. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devida compensação financeira, apurada desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

|            |                     |                  |
|------------|---------------------|------------------|
| $I = (TX)$ | $I = (6/100) / 365$ | $I = 0.00016438$ |
|------------|---------------------|------------------|

TX = Percentual da taxa anual = 6%

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão, no presente exercício, por conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0052 (Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral de Goiás), Natureza de Despesa 339039 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica), compromissadas pela Nota de Empenho nº 2016NE000641, emitida em 28/07/2016.

**CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA À EXECUÇÃO DO CONTRATO**

Para garantir o fiel cumprimento de todas as disposições do presente instrumento, a ~~CONTRATADA~~ prestará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados

Contrato TRE-GO nº 38/2016 Prestação de serviços de manutenção em sistemas de climatização – BR MIX COM. E

SERVIÇOS LTDA – ME.



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
Procedimento Administrativo 1055/2016

da notificação, comprovante de prestação de garantia à execução contratual, correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual atualizado do contrato, podendo essa optar por caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

§ 1º A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) ressarcimento à Administração, no caso de rescisão contratual havida por culpa da **CONTRATADA**;

c) prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

d) multas moratórias e/ou punitivas aplicadas à **CONTRATADA**, ainda que não cumuladas com a rescisão contratual;

e) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela **CONTRATADA**.

§ 2º A garantia prestada deverá vigor da data de assinatura deste contrato até 03 (três) meses após o término da vigência do mesmo, salvo se o **CONTRATANTE** tiver instaurado, em desfavor da **CONTRATADA**, processo administrativo destinado à aplicação de sanções, apuração de prejuízos, de descumprimento contratual e etc., situação na qual a garantia deverá vigor por até 30 (trinta) dias contados da decisão final daquele processo administrativo, devendo o garantidor ou fiador, nos casos de seguro-garantia e fiança bancária, ser comunicado, por intermédio da unidade gestora da contratação, da instauração daquele processo.

§ 3º Não serão aceitas garantias que restrinjam ou excluam de sua cobertura os eventos indicados no § 1º, bem como aquelas que não prevejam, expressamente, as disposições do § 2º, ambos da presente cláusula.

§ 4º A garantia na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme o modelo constante do Anexo IX, do edital do Pregão Eletrônico TRE-GO n. 42/2016.

§ 5º Findo o prazo de vigência contratual, não havendo pendências a serem



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
Procedimento Administrativo 1055/2016

satisfeitas pela garantia, esta poderá ser levantada antes do término do trimestre estabelecido no § 2º da presente cláusula.

§ 6º Havendo prorrogação do prazo de vigência deste contrato, cumprirá à **CONTRATADA** providenciar, se necessário, a prorrogação/renovação da garantia à execução contratual.

§ 7º A **CONTRATADA** obriga-se, nos casos em que a garantia não mais representar 5% (cinco por cento) do valor total anual deste contrato, a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data em que for notificada pelo **CONTRATANTE**.

§ 8º A inobservância do prazo fixado para apresentação e/ou reposição da garantia poderá acarretar para a **CONTRATADA**, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, a aplicação de multa moratória de 0,07% (zero vírgula zero sete por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até no máximo 2,1 % (dois vírgula um por cento).

§ 9º O atraso injustificado na apresentação e na reposição da garantia, superior a 30 (trinta) dias corridos, poderá acarretar a rescisão unilateral deste contrato, sem prejuízo da multa prevista no § 8º e demais cominações contratuais e legais.

§ 10. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica com correção monetária, em favor do **CONTRATANTE**

§ 11. O **CONTRATANTE** não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

§ 12. Cabe ao **CONTRATANTE** apurar a isenção da responsabilidade prevista nas alíneas c e d do § 11 desta cláusula.

§ 13. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
Procedimento Administrativo 1055/2016

**CLÁUSULA NONA - DA REPACTUAÇÃO**

Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitada pela **CONTRATADA** e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o valor consignado no presente Contrato poderá ser repactuado, competindo à solicitante justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior posicionamento do **CONTRATANTE**, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008, conforme abaixo disciplinado.

§ 1º O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data limite para a apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta.

§ 2º Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 01 (um) ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida.

§ 3º A **CONTRATADA** poderá exercer, perante o **CONTRATANTE**, seu direito a repactuação dos preços do contrato até a data da prorrogação contratual subsequente.

§ 4º Caso a **CONTRATADA** não apresente de forma tempestiva seu pedido de repactuação e prorrogue o contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito de repactuar.

§ 5º As repactuações serão precedidas de solicitação da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços, com memória de cálculo de cada item de custo que compõe o preço do novo acordo ou convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria envolvida na execução dos serviços contratados, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado em cada um dos itens da planilha a serem alterados, cumprindo observar:

a) com base em ocorrências registradas durante a execução do contrato,



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
Procedimento Administrativo 1055/2016

poderão ser negociados os seguintes itens gerenciáveis: auxílio-doença, licença paternidade, faltas legais, acidente de trabalho, aviso-prévio indenizado e indenização adicional;

§ 6º É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

§ 7º Quando da solicitação da repactuação, esta somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:

- a) os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
- b) as particularidades do contrato em vigência;
- c) o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
- d) a nova planilha com a variação dos custos apresentada; indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- e) a disponibilidade orçamentária do **CONTRATANTE**.

§ 8º O **CONTRATANTE** poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela **CONTRATADA**.

§ 9º Os novos valores contratuais decorrentes da repactuação produzirão efeitos:

- a) a partir da assinatura do termo aditivo/apostila; ou
- b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- c) em data anterior à repactuação, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa, podendo a data estipulada no instrumento para o início dos efeitos financeiros do reajuste salarial ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

§ 10. O **CONTRATANTE** deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação vantajosa.



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
Procedimento Administrativo 1055/2016

**CLÁUSULA DÉCIMA  
DO REAJUSTE DE PREÇOS DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS**

Os preços contratados somente poderão ser reajustados após o decurso de 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta à qual se vincula o ajuste, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

§ 1º A **CONTRATADA** poderá exercer o seu direito ao reajuste dos preços do contrato até a data da prorrogação contratual subsequente ao implemento do anuênio exigido para o reajustamento.

§ 2º Caso a **CONTRATADA** não apresente de forma tempestiva seu pedido de reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.

§ 3º A **CONTRATADA**, após divulgação do índice, deverá solicitar formalmente o reajuste, juntando ao pedido os documentos comprobatórios do incremento e sua repercussão no preço dos serviços, de acordo com os custos demonstrados na Planilha de Formação de Preços.

§ 4º Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

§ 5º Os efeitos financeiros do reajuste serão contados a partir da data do pedido formal, implementada a anualidade respectiva

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA  
DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
Procedimento Administrativo 1055/2016

demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

**Parágrafo Único.** A demonstração analítica será apresentada em conformidade com a Planilha de Custos e Formação de Preços, referida no Anexo IV, do Edital do Pregão Eletrônico TRE-GO nº 42/2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA ALTERAÇÃO**

Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

Por força do presente instrumento, observado o estabelecido na Lei nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto nº 5.450/2005, e com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, estabelece-se que:

I - nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02 c/c o artigo 28 do Decreto n. 5.450/2005, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, a **CONTRATADA** ficará impedida de licitar e de contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato, das responsabilidades civil e criminal e das demais cominações legais porventura aplicáveis, nos seguintes casos:

- a) apresentação de documentação falsa;
- b) retardamento na execução do objeto contratual;
- c) falha na execução do contrato;
- d) fraude na execução do contrato;
- e) comportamento inidôneo;
- f) declaração falsa;
- g) fraude fiscal.

II - o **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa:

- a) multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato na ocorrência dos casos especificados nas alíneas “a”, “d”, “e”, “f” e “g” do inciso

I da presente cláusula;

Contrato TRE-GO nº 38/2016 - Prestação de serviços de manutenção em sistemas de climatização - BR MIX COM. E SERVIÇOS LTDA - ME.

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
Procedimento Administrativo 1055/2016

b) multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato na ocorrência dos casos especificados no inciso I da presente cláusula, alíneas “b” e “c”, que por suas características configurem inexecução contratual;

c) multa diária de 0,666% (zero vírgula seiscentos e sessenta e seis por cento) sobre o valor total do contrato na ocorrência dos casos especificados no inciso I da presente cláusula, alíneas “b” e “c”, que por suas características configurem mora.

§ 1º Para fins deste instrumento, considera-se:

a) inexecução contratual – o inadimplemento injustificado de obrigação contratual que não mais poderá ser cumprida pela **CONTRATADA**, seja por não mais existir utilidade para o **CONTRATANTE**, seja por outros motivos apurados conforme o caso concreto, caracterizando inadimplemento contratual absoluto;

b) mora – o inadimplemento injustificado de obrigação contratual que ainda poderá ser cumprida pela **CONTRATADA** por ser útil para o **CONTRATANTE**, caracterizando atraso no cumprimento da obrigação.

c) comportamento inidôneo – a realização de atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

§ 2º As cláusulas penais estabelecidas neste instrumento não excluem a possibilidade do **CONTRATANTE** exigir da **CONTRATADA** ressarcimentos complementares, excedentes às multas.

§ 3º A(s) multa(s) eventualmente impostas por inadimplemento parcial/total do presente ajuste, dobrará(ão) a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 100% (art. 412 CCB) do valor total do contrato, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causado ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual, cumprindo-se observar que:

a) independentemente da aplicação de multa, deverá a **CONTRATADA** realizar integralmente os ressarcimentos e indenizações oriundos de quaisquer perdas e danos impostos ao **CONTRATANTE**, oriundos da execução/inexecução total/parcial do ajuste;

b) para a caracterização dos efeitos da reincidência, serão considerados qualquer inadimplemento ao presente instrumento, não importando sua natureza;



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
Procedimento Administrativo 1055/2016

c) as multas serão consideradas para efeito de reincidência durante todo o período de vigência do contrato, independentemente se vigência originária e/ou prorrogada.

§ 4º Da aplicação das penalidades estabelecidas na presente cláusula caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação.

§ 5º Os valores das multas/indenizações/ressarcimentos serão descontados da garantia contratual prestada pela **CONTRATADA**.

§ 6º Caso a garantia contratual prestada pela **CONTRATADA** não seja suficiente para o adimplemento total das multas/indenizações/ressarcimentos, será(ão) descontada(s) de quaisquer créditos/pagamentos eventualmente devidos à **CONTRATADA**.

§ 7º Se os valores da garantia e dos pagamentos devidos à **CONTRATADA** forem insuficientes para saldar os débitos decorrentes das multas/indenizações/ressarcimentos, a **CONTRATADA** ficará obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação.

§ 8º Esgotados os meios administrativos para cobrança dos valores devidos pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, serão encaminhados para inscrição em dívida ativa e/ou cobrado judicialmente, ou descontados dos eventuais créditos oriundos dos demais contratos celebrados, nos termos do § 12 da Cláusula Sexta.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO**

O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato poderá ensejar sua rescisão, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Terceira – Das Penalidades, do presente instrumento.

§ 1º No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a **CONTRATADA** terá o prazo de 5(cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o **CONTRATANTE** adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

§ 2º Nos casos de rescisão provocada por inadimplemento da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** poderá:



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
Procedimento Administrativo 1055/2016

a) reter, cautelosamente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos/danos ao erário, já calculados ou estimados;

b) executar, para ressarcimento da Administração, a garantia prestada pela **CONTRATADA**, nos termos do § 1º, alínea "b", da Cláusula Oitava - Da Garantia à Execução do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO SUPORTE LEGAL**

O presente instrumento foi precedido de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, registrado sob o número **42/2016**, e celebrado nos termos da Lei nº 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.450/2005, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, observadas todas as alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE**

O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

As questões decorrentes da execução deste Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da Cidade de Goiânia - GO, Seção Judiciária de Goiás, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, cabendo atentar para as exceções previstas no art. 109, inciso I, da Constituição Federal.

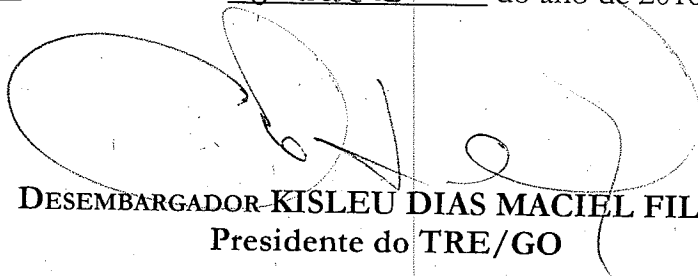
E, por estarem, deste modo acordados, as partes mandaram redigir o presente instrumento, em duas vias, de igual teor, que, lidas e achadas conformes, serão assinadas por seus representantes, sendo uma delas arquivada pelo **CONTRATANTE** e



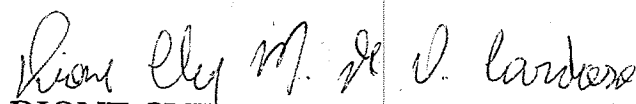
JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
Procedimento Administrativo 1055/2016

juntando cópia fiel digitalizada no Processo Administrativo Digital nº 1055/2016.

Gabinete da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, em  
Goiânia, ao 28 dias do mês de outubro do ano de 2016.



DESEMBARGADOR KISLEU DIAS MACIEL FILHO  
Presidente do TRE/GO

  
SR. DIONE CLEY MARTINS DE OLIVEIRA CARDOSO,  
BR MIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – ME

TESTEMUNHAS:

1) Rouina de Oliveira Costa CPF 027.899.761-98

2) Glyson Leles de Morais CPF 817100701-53

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**DIRETORIA-GERAL**  
**DIRETORIA ADMINISTRATIVA****EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO nº 25/2016. CONTRATANTE: TRF 4ª Região. CONTRATADA: JOSEVALDO ROSA - ME. OBJETO: Diagramação e impressão 650 livros comemorativos dos 15 anos da Escola de Magistratura do TRF da 4ª Região. ORIGEM: PE 36/2016. PREÇO TOTAL: R\$ 16.659,50. DOT. ORÇAMENTÁRIA: Recursos oriundos de acordos da EMAGIS. VIGÊNCIA: 26.10.2016 a 16.11.2016. PA: 0008654-24.2016. ASSINATURA: Márcio Bernardes Jardim, Diretor Administrativo, em 21.10.2016.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL**  
**DO DISTRITO FEDERAL****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 26/2016, firmado em 26/10/2016, com a empresa Linear Móveis Ltda. (CNPJ: 00.586.842/0001-77). Objeto: Fornecimento de poltronas. Amparo: Lei nº 8.666/93 e Decreto nº 7.892/2013; Processo SEI TRE/DF: 0007082-72.2016.6.07.8100; Valor: R\$ 185.678,20; Nota de Empenho: 2016NE000454; Signatários: Des. Roncu Gonzaga Neiva, Presidente do TRE/DF, e Sr. João de Deus Madureira Neto.

**DIRETORIA-GERAL****AVISO DE HOMOLOGAÇÃO**  
**PREÇÃO ELETRÔNICO Nº 21/2016**

Objeto: Prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica contábil atuarial no segmento de saúde suplementar; PA: 0005054-34.2016.6.07.8100; Empresa vencedora: Exactus Consultoria Atuarial Ltda-Epp (CNPJ: 08.401.147/0001-03); Valor Total: R\$ 13.000,00; Autoridade e data da homologação: Sra. Lídia Maria Borges Moura- Diretora-Geral

LÍDIA MARIA BORGES MOURA  
Diretora-Geral

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL**  
**DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E**  
**ORÇAMENTO****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Espécie: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de manutenção em elevadores do edifício sede do TER/ES. Contratante: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. Contratada: ELEVAÇÕES NACIONAL DO BRASIL LTDA EPP - CNPJ: 28.168.052/0001-90. Resumo do Objeto: Prorrogação da vigência contratual. Novo Prazo de Vigência: de 01/12/2017 a 31/01/2018. Fundamentação Legal: Arts. 57, II da Lei nº 8.666/93. Data da Assinatura: 20/10/2016. Processo: 52.2015/2016.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS****EXTRATOS DE CONTRATOS**

Processo 1055/2016. Contrato TRE-GO n. 38/2016. Objeto: Serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização ambiental. Contratada: BR MIX COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME. Valor global anual: R\$ 138.950,00. Fundamento Legal: Leis n. 10.520/02 e 8.666/93 e Decreto n. 5.450/05. Vigência: 12 meses contados de 28/10/2016. Programa de Trabalho: 02.122.0570.20GP0052 (Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral de Goiás). Natureza de Despesa: 339039 (Outros serviços de terceiros, pessoa jurídica. Empenho 2016NE000641, emitido em 28/07/16. Signatários: Des. Kisleu Dias Maciel Filho, Presidente do TRE-GO, pelo Contratante, e Sr. Dione Cley Martins de Oliveira Cardoso, pela Contratada.

Processo 8044/2015. Contrato TRE-GO nº 60/2016. Objeto: Serviços contínuos de vigilância e segurança armada para os edifícios que abrigam o Fórum Eleitoral de Goiânia e o Cartório Eleitoral de Águas Lindas de Goiás. Contratada: A Nacional Vigilância e Segurança Ltda. Valor mensal: R\$ 26.291,44. Fundamento Legal: Leis n. 10.520/02 e 8.666/93 e Decreto n. 5.450/05. Vigência: 12 meses contados de 27/10/2016. Programa de Trabalho: 02.122.0570.20GP0052 (Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - no Estado de Goiás). Natureza de Despesa: 339037 (Locação de Mão de Obra) Empenho 2016NE000903, emitido em 20/10/16. Signatários: Des. Kisleu Dias Maciel Filho, Presidente do TRE-GO, pelo Contratante, e Sr. Wanderley Jose de Sousa, pela Contratada.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032016102800100

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL**  
**DO MARANHÃO****EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 021/2016. PAD nº 12.804/2016-TE/MA. Objeto: Inscrição de 02 (dois) servidores, no curso "DATA CENTER AWARENESS". Valor Total: R\$ 10.815,00 (dez mil oitocentos e quinze reais). Contratado: DATA CENTRE DYNAMICS BRASIL - Tecnologias Ltda. Fundamento Legal: Art. 25, II, c/c o art. 13, VI, da Lei nº 8.666/93. Data: 26/10/2016. Ratificação: Des. Lourival Serejo, Presidente do TRE/MA.

**EXTRATOS DE NOTAS DE EMPENHO**

Nº: 2016NE001599. Data de emissão: 24/10/2016. Espécie: Empenho de despesa. Processo Administrativo Digital nº 991/2016. Objeto: Aquisição de material de consumo: ARP 65/2015, vinculada ao PGE 44/2015. Valor: R\$ 3.456,00. (Credor: Prevein Informática e Refrigeração Ltda CNPJ: 00781399/0001-95).

Nº: 2016NE001611. Data de emissão: 25/10/2016. Espécie: Empenho de despesa. Processo Administrativo Digital nº 7570/2016. Objeto: Despesas com lançamento de livro: ARP 89/2016, vinculada ao PGE 41/2016. Valor: R\$ 3.140,00. (Credor: Barcelos Eventos Ltda - ME. CNPJ: 19086382/0001-46).

Nº: 2016NE001610. Data de emissão: 25/10/2016. Espécie: Empenho de despesa. Processo Administrativo Digital nº 7570/2016. Objeto: Despesas com lançamento de livro: ARP 89/2016, vinculada ao PGE 41/2016. Valor: R\$ 670,00. (Credor: Barcelos Eventos Ltda - ME. CNPJ: 19086382/0001-46).

Nº: 2016NE001609. Data de emissão: 25/10/2016. Espécie: Empenho de despesa. Processo Administrativo Digital nº 11039/2016. Objeto: Aquisição de material permanente. Valor: R\$ 17.800,00. (Credor: S F R SANTOS - ME CNPJ: 19681524/0001-13).

Nº: 2016NE001602. Data de emissão: 24/10/2016. Espécie: Empenho de despesa. Processo Administrativo Digital nº 12342/2016. Objeto: Aquisição de material de consumo. ARP 82/2016, vinculada ao PGE 28/2016. Valor: R\$ 2.078,15. (Credor: Erefarma Produtos para Saúde Eireli CNPJ: 15439366/0001-39).

Nº: 2016NE001603. Data de emissão: 24/10/2016. Espécie: Empenho de despesa. Processo Administrativo Digital nº 12342/2016. Objeto: Aquisição de material de consumo. ARP 84/2016, vinculada ao PGE 28/2016. Valor: R\$ 234,66. (Credor: DMC Distribuidora, Comercio D'Medicamentos CNPJ: 16970999/0001-31).

**AVISO DE PENALIDADE**

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão resolve aplicar à Empresa EME - SERVIÇOS GERAIS LTDA, CNPJ nº. 00875943/0001-68 a penalidade de Impedimento de licitar e contratar com a União, por 01 (um) ano. A penalidade é em razão do descumprimento das obrigações assumidas perante o TRE-MA, com apoio nos princípios de razoabilidade e proporcionalidade previstos no art. 2º da Lei nº 9.784/99, ao art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e c/c subitem 27.1 e 27.4 do Termo de Referência do instrumento convocatório, com início em 07/07/2016 e término em 06/07/2017.

GILSON RODRIGUES BORGES  
Diretor-Geral

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL**  
**DO MATO GROSSO DO SUL****AVISO DE LICITAÇÃO**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 9/2016**

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia ou arquitetura para execução da construção do prédio que abrigará o Cartório Eleitoral de Cassilândia/MS - Proc. Adm. nº 0016864-74.2016. Valor estimado: R\$ 713.105,78. ENTREGA DOS ENVELOPES: até 16/novembro/2016, às 13 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES: 16/novembro/2016, às 13 horas e 01 minuto. O Edital completo poderá ser obtido gratuitamente através de download no site do TRE/MS na internet, [www.tre-ms.gov.br](http://www.tre-ms.gov.br).

LETÂNIA FERRAZ DE BRITO COUTINHO  
Diretora-Geral

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL**  
**DE MINAS GERAIS****EXTRATOS DE CONTRATOS**

Processo nº 1609020/2016; Contrato 143/2016; Contratada: Copiadora Objetiva Ltda. - ME; Vigência: 1º/01/17 a 31/12/17; Objeto: Serviços de reprodução de pranchas de desenhos técnicos; Valor: R\$ 2.532,00; Classificação: 3390.39.83; PT: Ser informado; NE: será emitida; Fundamento Legal: Art.24, II, Lei nº 8.666/93; Signatários: Adriano Denardi Júnior - Diretor-Geral pelo TRE-MG e José da Silva Pinto - Sócio-Administrador, pela Contratada; Assinatura: 18/10/2016.

Processo nº 1611556/2016; Contrato 121/2016; Contratada: FLABEL LTDA-EPP; Vigência: 15/09/2016 a 14/09/2018; Objeto: Serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em veículos; Valor: R\$ 208.781,76; Classificação: 3390.39.19; PT: 02.122.0570.20GP.0031; NE: 2016NE002376; Fundamento Legal: Pregão Eletrônico 56/2016; Signatários: Adriano Denardi Júnior - Diretor-Geral pelo TRE-MG e José Flávio Leonardo - Representante Legal, pela Contratada; Assinatura: 9/9/2016.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Proc. Prot. 118.653/2012. Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº. 110/2012. Contratante: União, por intermédio do TRE/PA. Contratada: Norauto Rent a Car Ltda, CNPJ: 83.368.837.0001/15. Objeto: I - Prorrogar o prazo de vigência por 12 (doze) meses, até 8/11/2017; II - Reajustar o valor unitário mensal do contrato para R\$2.508,15. Data da Assinatura: 14/10/2016. Assinantes: Francisco Valentim Maia, Diretor-Geral do TRE-PA, pela Contratante; Carlos Benedito Adão Teixeira, pela Contratada.

**DIRETORIA-GERAL****EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO**

Proc. Prot. N.º 19035-47.2016. Contratada: G ALINE REGO DA ROCHA - ME, CNPJ nº 08.613.653/0001-58. Objeto: Cobrir despesas com aquisição de créditos on-line/recarga para celulares das operadoras Vivo, Claro, Oi e Tim, os quais serão utilizados por ocasião da preparação e realização das Eleições 2016 - 2º Turno/Acréscimo 25%. Nota de Empenho 2016NE001571 de 25/10/2016, valor global R\$ 9.131,16 (Nove mil cento e trinta e um reais e dezesseis centavos). PTRES: 126853; ND. 339039. Base Legal: Lei nº 8.666/93. Autorizado em: 25/10/2016, por Francisco Valentim Maia, Diretor-Geral.

**AVISOS DE PENALIDADES**

Processo Prot. N.º 2483-07.2016.

O TRE/PA resolve aplicar à empresa: AJM DE ASSIS - ME (CNPJ: 05.302.425/0001-79), aplica-se a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 06 (seis) meses, prevista no subitem 19.1, "I" do Termo de Referência do Edital do Pregão nº 58/2015, qual seja, "falhar ou fraudar na execução do contrato" em razão a inexecução total do contrato consubstanciado na nota de empenho nº 2016NE000658, rescindido o contrato materializado na referida Nota de Empenho em função a sua inexecução total, com fulcro no subitem 19.3.1 do referido Termo de Referência e artigos 78, I e 79, I, da Lei nº 8.666/93. Nos termos de evento (0226690), em 05/09/2016 por Francisco Valentim Maia - Diretor-Geral.

FRANCISCO VALENTIM MAIA  
Diretor-Geral

Processo Prot. N.º 1586-76.2016.

O TRE/PA resolve aplicar à empresa: N P L LOPES ME (CNPJ: 13.138.147/0001-94), aplica-se a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 01 (um) ano, prevista no subitem 19.1, "I" do Termo de Referência do Edital do Pregão nº 58/2015, qual seja, "falhar ou fraudar na execução do contrato" em razão a inexecução total do contrato consubstanciado na nota de empenho nº 2016NE000622, oriunda da ARP nº 141/2015, com fundamento no item XIII.3.1 do Termo de Referência do Edital nº 74/2015 e art. 7º da Lei nº 10.502/2002, rescindido unilateralmente do contrato materializado na referida Nota de Empenho 2016NE000848, com base no art. 21, inciso I do Decreto nº 7.892/13 e art. 79, I e/c art. 78, II da Lei nº 8.666/93. Nos termos de evento (0233248), em 13/09/2016 por Sandro Gonçalves Borges - Diretor-Geral Substituto.

SANDRO GONÇALVES BORGES  
Diretor-Geral  
Substituto

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA****EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2016**

Nº PAD 2297/2016 - Originário do Contrato 56/2016. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. Contratada: BUFFALO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME. CNPJ da Contratada: 07.481.098/0001-95. Objeto: Acréscimo ao contrato de prestação de serviços de reforma e readaptação dos gabinetes dos juizes, no 5º andar, e de uma sala, no 4º andar, no Prédio Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, para a instalação de 200 metros lineares de sanca de isopor no perímetro das salas. Valor: R\$ 3.000,00. Fundamento Legal: Artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93. Vigência: 11/10/2016 a 19/11/2016. Data de Assinatura: 11/10/2016.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE**  
**PERNAMBUCO****EXTRATO DE CONVÊNIO**

ESPÉCIE: Convênio de Cooperação nº 012/2016. PROCESSO: SEI nº 0025158-23.2016.6.17.8600. CONVÊNIENTES: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e Curso Especialistas - Serviços Educacionais LTDA - ME. OBJETO: captação de mesários voluntários dentre o corpo discente desse Curso Preparatório, proporcionando-lhes a concessão de desconto de 15% no valor total dos cursos oferecidos. VIGÊNCIA: a partir da data de publicação deste extrato no DOU, até 31/12/2021. DATA DE ASSINATURA: 16/09/2016. SIGNATÁRIOS: pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco,

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.